

## A omissão da agenda fiscal

CAMPANHA ELEITORAL PODE ACABAR PASSANDO AO LARGO DA DISCUSSÃO QUE MAIS IMPORTA

*Rogério L. Furquim Werneck\**

Com a realização das primeiras convenções partidárias, a campanha presidencial vai afinal abrindo espaço para que os candidatos exponham de forma mais clara suas idéias, propostas e plataformas. Embora a campanha propriamente dita não tenha nem mesmo começado, já se pode notar no debate uma surpreendente omissão. Por enquanto, pelo menos, a maior parte das urgentes questões que compõem a agenda fiscal do País não vem sendo sequer mencionada por alguns dos principais candidatos.

Para bem aquilatar quão preocupante é tal omissão, convém ter em mente informações, recentemente divulgadas pela SRF, dando conta de que a carga tributária bruta da economia brasileira atingiu o nível recorde de 34,4% do PIB no ano passado e poderá chegar a 37% do PIB em 2002. São dados que mostram que economia está sendo sufocada por um aprofundamento do processo de extração fiscal que não parece ter fim. É preciso lembrar que há cerca de 10 anos, no período imediatamente anterior ao Plano Real, a carga tributária bruta oscilava em torno de não mais do que 25% do PIB. Trata-se, portanto, de uma colossal elevação da pressão exercida pelo Fisco.

Naturalmente, o quadro torna-se ainda mais grave quando se leva em conta que boa parte desse impressionante aumento de arrecadação tem advindo da imposição de tributos cumulativos, de péssima qualidade, que hoje respondem por parcela substancial da receita total. E é isto que vem dando alento a um crescente clamor por uma reforma que possa dar mais racionalidade ao sistema tributário. Algo que todos os candidatos vêm prometendo, ainda que superficialmente. Não é dessa omissão que podem ser acusados. São de outra ordem as questões fiscais que não vêm merecendo a devida atenção na campanha.

Mesmo que seja possível viabilizar uma boa reforma do sistema tributário, sem qualquer perda de receita agregada, ainda restará todo um elenco de questões fiscais relacionadas à remoção dos entraves que ainda hoje impedem a racionalização do dispêndio público. São questões que até pouco tempo ocupavam o centro do debate econômico nacional e que, nas eleições de 94 e de 98, constituíram importantes bandeiras de campanha. De repente, como por encanto, desapareceram de cena.

O dispêndio primário das três esferas de governo (total das despesas afora os pagamentos de juros sobre a dívida) corresponde hoje a cerca de 30% do PIB. Um percentual mais alto do que o observado em muitos países desenvolvidos e incomparavelmente mais elevado do que o de qualquer economia emergente. Mas sobram razões para insatisfação com a qualidade do dispêndio e dos serviços providos pelo governo. É natural, portanto, que muitas das propostas de campanha envolvam

promessas de dispêndios mais generosos em programas que interessam ao eleitorado. A questão mais uma vez é como financiar tudo isto. Contudo, pouco se ouve sobre a defesa de reformas – como a previdenciária – capazes de romper a rigidez da estrutura de dispêndio público e de abrir espaço nos orçamentos dos três níveis de governo para acomodar os aumentos de despesa que de fato se fazem necessários em diversas áreas. Sem as reformas, estará em risco até o próprio respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal nos próximos anos, na medida em que Estados e municípios acabem não tendo condições de controlar a expansão de gastos com pessoal e benefícios previdenciários.

Deixando de lado os candidatos de oposição, é surpreendente constatar que, no longo discurso proferido por José Serra, na convenção do PSDB na semana passada, não há qualquer menção a essas questões. Não há alusão à reforma previdenciária. Nem mesmo se pode encontrar no texto a palavra *fiscal*. O que poderia justificar tal omissão? Há várias explicações possíveis. E todas elas parecem ser em parte relevantes.

Em primeiro lugar, parece haver a percepção de que o tema não faz sucesso em campanha. Não ganha voto. Não seria o momento de insistir na “agenda negativa” de FHC. Em segundo lugar, embora haja o reconhecimento de que a questão é de fato importante, parece haver um certo desalento. As reformas efetivamente necessárias para enfrentá-la não seriam factíveis. Não passariam de idéias fantasiosas de “quem não conhece o Congresso”. E especialmente fantasiosas para um presidente fadado a contar com apoio parlamentar bem menos amplo do que teve FHC. Mas tal desalento não impediria que o discurso da reforma fosse retomado no início do próximo governo, inclusive para dar uma satisfação aos mercados e à “direita”. Em terceiro lugar, parece haver a convicção de que, se a economia retomar o crescimento, o governo pode perfeitamente acabar prescindindo de tão desgastantes reformas. O que estaria entretendo o crescimento seria basicamente a restrição externa. Melhoradas as contas externas, por meio de medidas de fomento às exportações e de incentivo à substituição de importações, a taxa de juros seria reduzida e a retomada traria um benéfico aumento de arrecadação – entre R\$ 12 bilhões e R\$ 16 bilhões (em torno de 1% do PIB), conforme vem estimando o próprio candidato. O que já daria espaço para financiar um aumento significativo de gasto público.

A discussão da espinhosa agenda fiscal pode até não dar voto, mas certamente daria consistência à plataforma de Serra. Seria ingênuo não reconhecer as enormes dificuldades envolvidas na aprovação de certas reformas, mas isto não significa deixar que o desalento leve ao conformismo fatalista. Que é aceitar o diagnóstico de que não há muito que se possa fazer para melhorar a composição da quase totalidade do dispêndio primário agregado dos três níveis de governo. E concluir que o avanço factível é basicamente dar melhor uso ao gasto adicional que seria possível financiar com novo aumento de arrecadação, propiciado pela retomada de crescimento que se seguiria a uma melhora das contas externas. É preciso mais ousadia. Um projeto mais ambicioso de recomposição do gasto público no País.

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.